

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.789 - PR (2019/0245905-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO DA 5A VARA DO TRABALHO DE LONDRINA - PR**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE LONDRINA - PR**  
**INTERES.** : **SILMARA APARECIDA TIBAES CORREA E OUTROS**  
**ADVOGADOS** : **ANTÔNIO ROBERTO ORSI - PR019573**  
: **DANIELA SÁFADI MARICATO SCHIAVELLI - PR057482**  
**INTERES.** : **AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAUDE**  
**PROCURADOR** : **ANDRÉIA FERRAZ MARTIN ROBLES MARTELLI - PR029561**

### **EMENTA**

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS COMUM ESTADUAL E TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. PRÉVIO PROCESSO SELETIVO. CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT. POSTERIOR PUBLICAÇÃO DA LEI N. 11.350/2006. APLICAÇÃO DO REGIME CELETISTA APENAS EM CASOS EM QUE O ESTADO OU MUNICÍPIO NÃO TENHA REGIME PRÓPRIO, EM SENTIDO DIVERSO. PRECEDENTES DO STJ. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

### **DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado nos autos da reclamação trabalhista proposta em face de município.

Na hipótese dos autos, a parte reclamante defende ser agente comunitária de saúde municipal. Assevera ter sido admitida por meio de processo seletivo e, então, contratada por vínculo celetista. Veiculou, em síntese, a condenação do município ao pagamento de verbas laborais, em razão da atividade realizada e não recompensada.

O Juízo Trabalhista entende que a controvérsia, referente à admissão da reclamante por meio de processo seletivo, não se adstringe às normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. O vínculo, pois, com a Administração Pública teria caráter jurídico administrativo.

O Juízo Comum Estadual, por sua vez, afirma que o cargo ocupado pela reclamante sujeita-se às normas trabalhistas, por força da Emenda Constitucional n. 51, da Lei Federal n. 11.350/06 e da legislação municipal. O vínculo com a Administração teria, portanto, caráter contratual, regido pela CLT.

É o relatório. Passo a decidir.

Preliminarmente, o art 926 do CPC/2015 determina que

Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.

Ainda, aplica-se ao caso o art. 927, I, do CPC/2015:

Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de

# Superior Tribunal de Justiça

constitucionalidade;

Finalmente, incide por analogia a Súmula n. 568/STJ:

O relator, monocraticamente, no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Passo, pois, ao mérito do conflito.

A controvérsia está relacionada ao juízo competente para processar e julgar demanda ajuizada por agente comunitário de saúde em face de município, questionando o pagamento de verbas trabalhistas.

Em primeiro lugar, o art. 8º da Lei n. 11.350/2006 estabeleceu o regime celetista nas hipóteses de contratação de agente comunitário de saúde, salvo se o ente público adotar forma diversa por meio de lei local, nos seguintes termos:

Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, salvo se, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa.

Ou seja: será celetista o regime aplicável salvo se, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa.

Em segundo, não se tem autos notícia de que o **município tenha disposto de regime jurídico de forma diversa do estabelecido pela CLT.**

Portanto, seja em função da Lei Federal n. 11.350/06, seja em razão do regramento municipal, **o regime jurídico aplicável à parte reclamante é o celetista**, o que, por conseguinte, implica a competência da **Justiça do Trabalho**.

Sobre o tema, é idêntica a orientação desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO LABORAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. SERVIDOR TEMPORÁRIO. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO. LEI MUNICIPAL 1.670/2006, DE BELO JARDIM/PE. SUBMISSÃO AO REGIME ESTATUTÁRIO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO ESTADUAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A determinação da competência para o processo e o julgamento das demandas envolvendo direitos decorrentes da relação de trabalho entre servidores públicos e a Administração Pública depende do vínculo estabelecido entre eles.

2. O STF, no julgamento da ADI 3.395/DF, em 05.04.2006, referendou liminar anteriormente concedida, que suspendera qualquer interpretação do inciso I do art. 114 da CF, alterado pela EC 45/2004, que atribuiu à Justiça do Trabalho a apreciação de causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.

3. Tem-se, pois, que, se o vínculo estabelecido entre o Poder Público e o servidor for estatutário ou de caráter jurídico-administrativo, a competência para análise das controvérsias trabalhistas será da Justiça Comum (Estadual ou Federal), ao passo que, na hipótese de vínculo trabalhista, regido pela CLT, caberá à Justiça laboral o julgamento dos litígios daí

# Superior Tribunal de Justiça

advindos.

4. O Município agravado, por meio da Lei 1.670/2006, do Município de Belo Jardim/PE, submeteu os ocupantes de agente comunitário de saúde ao regime estatutário, razão pela qual a competência para o julgamento do feito é do Juízo Comum.

5. No tocante ao período anterior à referida lei municipal, também é da Justiça Comum Estadual a competência para julgar a respeito dos pedidos relativos ao período em que a reclamante foi contratada temporariamente, ou seja, de forma precária, conforme estabelecido no art. 37, IX, da CF, ante a relação jurídico-administrativa entre os demandantes. Precedente: AgRg no CC 126.296/PE, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 05.02.2014.

6. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no CC 126.125/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 30/04/2014)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATO DE TRABALHO PREVENDO REGIME JURÍDICO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA LABORAL.

1. Analisa-se no presente feito qual o Juízo competente para julgar demanda em que a reclamante, contratada como agente comunitário de saúde, objetiva o recebimento de verbas trabalhistas.

2. Considerando a juntada aos autos de contrato de trabalho onde se estabelece que a relação jurídico-trabalhista seria regido pela CLT, afasta-se a competência do Juízo Comum, atraindo a competência do Juízo Laboral para o julgamento da lide. Incide, na espécie, o art. 8º da Lei 11.350/2006: "Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT".

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no CC 127.849/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 21/06/2013)

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do JUÍZO TRABALHISTA.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator